

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.016 - GO (2018/0293755-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : PATRICK JUNIO DOS SANTOS DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por PATRICK JUNIO DOS SANTOS DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Os autos dão conta de que o recorrente foi preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, por duas vezes, c/c o art. 71, ambos do Código Penal, e art. 244-B do ECA, na forma do art. 70 do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* originário, tendo sido a ordem denegada pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 91/101).

No presente reclamo, sustenta a Defensoria Pública do Estado de Goiás inexistir motivação idônea para a segregação antecipada do recorrente.

Acentua, também, que "*o paciente em questão é primário e de bons antecedentes, não respondendo a nenhum outro processo criminal, contexto que leva a crer ser a imputação pela prática de roubo um fato isolado em sua vida*" (e-STJ fl. 116).

Requer que seja revogada a prisão preventiva para que o recorrente responda ao processo em liberdade.

Opinou o Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 140/146).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifiquei que, nos autos da Ação Penal n. 74640-78.2018.8.09.0175, em 28/11/2018 foi prolatada sentença condenatória pelo Juízo de piso em desfavor do recorrente, mas, não obstante, foi-lhe concedido o direito de apelar em liberdade e

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

expedido alvará de soltura em seu favor.

Dessarte, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

